



Jucá prevê divergências entre estados no debate do pré-sal



Inácio Arruda: estados não produtores na partilha



José Nery defende prioridade para projetos anticorrupção



Virgílio: norma sobre pré-sal tem que atrair investimentos



Para Gim Argello, pauta inclui melhoria da infraestrutura

Pré-sal e infraestrutura, os temas para este ano

Líderes ouvidos pela Agência Senado acreditam que a reforma administrativa da Casa deverá também dominar as discussões na CCJ e no Plenário no início de 2010

O marco regulatório da camada pré-sal, as regras sobre os contratos de exploração das áreas ainda não licitadas e a distribuição dos royalties entre as unidades federativas serão, na avaliação dos líderes partidários consultados pela Agência Senado, os temas que ocuparão grande parte das discussões do primeiro semestre na Casa.

Quatro projetos de lei com esse teor tramitam na Câmara dos Deputados e deverão chegar ao Senado logo no início da sessão legislativa. Essas propostas preveem ainda a criação de um fundo social a partir dos recursos da exploração do petróleo para garantir investimentos em políticas públicas nas áreas de educação, ciência e tecnologia, saúde, preservação ambiental, infraestrutura e combate à pobreza.

Também está prevista a capitalização da Petrobras para que a empresa possa atuar como operadora exclusiva na camada ainda não licitada do pré-sal. Para isso, seria criada uma nova estatal, a Petro-Sal.

Para garantir a votação antes do segundo semestre, quando serão realizadas eleições gerais, as matérias deverão ser encaminhadas ao Senado em regime de urgência constitucional, o que assegura seu exame antes das demais. Quem garante é o líder do governo,

Romero Jucá (PMDB-RR).

– Com certeza será possível finalizar essa discussão porque vou pedir ao presidente o estabelecimento da urgência constitucional. Isso retoma o prazo de 45 dias aqui. Agora, é claro, se houver acordo entre as lideranças, isso pode ser suspenso, como foi suspenso na Câmara – disse.

Produtores

De acordo com Jucá, o tema mais polêmico na discussão é a questão da distribuição dos royalties entre estados produtores e estados não produtores.

Embora acredite que o clima eleitoral vá acalorar o debate entre governo e oposição, o líder ressaltou que a divergência maior será entre regiões.

O senador Inácio Arruda (CE), líder do PCdoB, por exemplo, defende a participação dos estados não produtores na partilha.

– O investimento em pesquisa, estudos e extração é nacional. A distribuição também deve ser nacional – argumentou.

Opinião semelhante tem o senador José Nery (PA), líder do PSOL.

– Todos os recursos naturais existentes devem beneficiar a todos os brasileiros e de forma equânime. Defendo a democratização da distribuição dos recursos, independentemente de onde se localizarem as jazidas.

Projetos

De acordo com Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, uma discussão sem leviandade a respeito do tema do pré-sal só poderá ser feita se o governo retirar a urgência constitucional dos projetos. Para o senador, as proposições ora em pauta na Câmara dos Deputados deixam muito a desejar.

– Cria-se mais uma empresa estatal para funcionar como cabide de empregos para apadrinhados. Além disso, o marco regulatório do pré-sal tem que servir para atrair investimentos de forma rápida. O petróleo é o combustível do século passado. Ninguém vai querer financiar petróleo no futuro. O marco regulatório tem que preparar a empresa para isso – declarou o líder tucano.

Reforma

A reforma administrativa do Senado, fruto de intensa discussão interna em 2009, foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em dezembro do ano passado.

Na avaliação dos senadores consultados pela Agência Senado, esse é um tema que deve merecer atenção máxima da Casa ao longo de 2010.

– É preciso resgatar a imagem do Senado, profundamente abalada pelos escândalos de 2009 – frisou José Nery, para

quem os projetos anticorrupção, de forma geral, devem ser apreciados de forma prioritária pelos congressistas.

Porém, os líderes recomendaram uma discussão pormenorizada dos itens do texto, encaminhado à CCJ em forma de projeto de resolução.

– A reforma deve avançar, mas não deve ser feita de forma afobada, por pressão de A, B ou C – observou Inácio Arruda.

– Agora, é importante que cada um possa analisar e discutir. Isso é uma coisa para ser votada com calma – recomendou Jucá.

Infraestrutura

Para o líder do PTB, Gim Argello (DF), as calamidades causadas pelas chuvas em todo o país neste verão colocarão em pauta, logo no início dos trabalhos, projetos e medidas provisórias destinados à melhoria da infraestrutura.

Nesse sentido, Inácio Arruda chamou a atenção para os projetos relacionados à Copa do Mundo e às Olimpíadas.

– Ainda que sejam eventos para o próximo governo, certas decisões, especialmente as que dizem respeito a infraestrutura e legislação, precisam ser tomadas agora. Algumas tratam de questões polêmicas, de ordem fiscal, que podem gerar atrito entre governo e oposição – afirmou o senador.

Estado e município poderão receber parte do DPVAT

Estados e municípios poderão conquistar parte dos recursos gerados pelo seguro obrigatório de veículos (DPVAT), que hoje tem 50% de sua arrecadação repassada apenas à União, e destinada exclusivamente ao Fundo Nacional de Saúde.

A partilha foi proposta em projeto de Marconi Perillo (PSDB-GO) e já conta com parecer pela aprovação, na forma de emenda, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria (PLS 16/08) será votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta altera a lei que trata da organização e institui plano de custeio da Seguridade Social (Lei 8.212/91), para dividir esses 50% da arrecadação do DPVAT entre o Fundo Nacional de Saúde e os fundos estaduais e municipais de Saúde.

O relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), modificou, por meio de emenda, os percentuais de repasse definidos no texto original para cada um desses organismos. Ele propõe que 15% dos recursos sejam destinados ao Fundo Nacional de Saúde; 15%, aos fundos estaduais; e 20%, aos fundos municipais de Saúde.

O relator mantém em seu parecer, entretanto, a determinação de aplicação dessas verbas exclusivamente no custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.

Claudino diz que, apesar de os serviços emergenciais estaduais e municipais de assistência a acidentados no trânsito enfrentarem sobrecarga, não são beneficiados pelos recursos do DPVAT.

Já Marconi observa, na justificativa, que os recursos do DPVAT entram no Fundo Nacional de Saúde e acabam se misturando com os oriundos de outras fontes para custeio do Sistema Único de Saúde (SUS).

O resultado disso é o desvirtuamento do financiamento originalmente proposto, fazendo com que o seguro obrigatório custeie serviços que não os de urgência dos hospitais públicos especializados no atendimento a vítimas de acidentes de trânsito.



Dois projetos de Dornelles sobre o tema devem ser votados este ano pela CCJ

Servidores de carreira no comando da Receita e da Fazenda

Ex-secretário da Receita Federal, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) deseja que os cargos de dirigentes dessa instituição e o de procurador-geral da Fazenda Nacional sejam ocupados exclusivamente por servidores de carreira. Projetos de sua autoria propondo essas mudanças

deverão ser votados este ano pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Dornelles argumenta que “o exercício de certas funções decisórias no âmbito da administração pública – como as ligadas à Constituição e cobrança de créditos públicos – deve sofrer o

mínimo de influência de interesses políticos de ocasião”.

O primeiro projeto (PLS 133/07) estabelece que o secretário da Receita Federal será escolhido entre integrantes da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, sendo nomeado pelo presidente da República. Já o

PLS 128/07 determina que serão escolhidos entre os membros efetivos da Advocacia-Geral da União o corregedor-geral, os corregedores-auxiliares, os procuradores regionais e os procuradores-chefes; e, entre os procuradores da Fazenda Nacional, o seu procurador-geral.

Câmara pode analisar este ano regulamentação do lobby 2 e 3

Senado deve instalar ponto eletrônico no próximo mês 4

Sancionado projeto que cria Universidade Latino-Americana 4

Governo, Congresso e Controladoria-Geral da União já discutem como regulamentar a atividade e evitar que ela enverede para a corrupção

Limites para *lobby* estão na agenda política nacional

NAS DEMOCRACIAS, INTERESSES econômicos ou políticos se expressam não apenas nas eleições, mas também no Parlamento e nos gabinetes onde se tomam decisões. A pressão sobre autoridades e órgãos públicos, legítima e bem-vinda nesses sistemas, é cada vez mais organizada nos grupos de pressão e no chamado *lobby*.

Porém, a atividade de mediação de interesses não raro extrapola limites éticos. É quando, em vez de argumentos para convencer o agente público, o defensor de determinada ideia ou política oferece vantagens. E, assim, uma prática que pode e deve ser legítima envereda para a corrupção e o tráfico de influência, que estiveram no centro de vários escândalos.

Para formalizar o *lobby* e diminuir a conotação pejorativa que a palavra tem hoje, o Congresso e a Controladoria-Geral da União (CGU) se esforçam para dar prioridade à regulamentação da atividade na agenda política nacional.

Um projeto apresentado em 1984 pelo senador Marco Maciel (DEM-PE) foi aprovado em 1989 pelo Senado, mas aguarda votação na Câmara desde 1990.

– Vários países do mundo já regulamentaram [o *lobby*]. É uma ameaça às instituições e uma possibilidade concreta de corrupção quando não é regulamentado. Não pode continuar assim, uma figura sempre infiltrada nos gabinetes. Precisamos acabar com o *lobby* clandestino e fazer aparecer o *lobby* certo, das pessoas físicas e jurídicas. Acabar com a clandestinidade do *lobby* é fazer emergir o verdadeiro *lobby* – afirma Garibaldi



Marco Maciel tem projeto que tramita na Câmara dos Deputados desde 1990 Alves Filho (PMDB-RN).

Para o ministro-chefe da CGU, Jorge Hage, a pior maneira de tratar o *lobby* é fazer de conta que ele não existe.

– Isso acaba por transformar o *lobby* em atividade clandestina e acaba descambando para o ilícito, aparecendo em sua forma criminosa, captada nas interceptações telefônicas. O *lobby* é a defesa de interesses, isso faz parte do jogo democrático, desde que obedeça a regras iguais para todos, de conhecimento de todos, e que respeite limites éticos, também do conhecimento público – afirmou Hage, na abertura de seminário internacional sobre o tema, em 2008.

Quando mais burocracia e etapas para, por exemplo, liberar recursos públicos, mais importante pode ser o *lobby* para desemperrar processos, facilitar e acelerar negociações, usando inclusive argumentos técnicos. Dessa forma, a atividade pode ser útil para a democracia, ao aperfeiçoar a tomada de decisão.

Outro problema apontado é o poder econômico. Assim, se-



Garibaldi Alves Filho diz que é preciso tirar o *lobby* da clandestinidade

tores com poucos representados, como a indústria e os bancos, podem se organizar e fazer um *lobby* efetivo. Porém, outros, como os milhões de consumidores ou desempregados, têm menos chance de ser ouvidos por quem toma as decisões.

O QUE É LOBBY

Palavra inglesa que quer dizer antessala, ou sala de espera, passou a ser usada para as ações de uma pessoa ou grupo para influir na opinião ou na decisão de um agente público. Para isso, com técnicas de relações públicas, são fornecidas informações sobre o setor sobre o qual se tem interesse. O termo foi adotado nos Estados Unidos, onde, no século 18, agricultores do estado da Virgínia esperavam nos *lobbies* por audiências com parlamentares para fazer suas reivindicações.

CGU: buscar a efetivação de direitos não é *lobby*

A diretora de Prevenção da Corrupção da CGU, Vânia Vieira, avisa que o projeto do governo vai explicitar que não pode ser considerada como *lobby* a ação de grupo organizado que busca implementar direitos já previstos em lei.

Essa preocupação tem inspiração na legislação peruana sobre o assunto e pretende garantir, por exemplo, a livre manifestação de grupos ou indivíduos que se sintam prejudicados no reco-

hecimento dos seus direitos. Caso essa ação fosse classificada como *lobby*, os manifestantes teriam que cumprir uma série de exigências burocráticas, como se cadastrar nos órgãos responsáveis pelo assunto.

Apesar da ressalva da diretora, já existe no projeto de Zarattini a determinação de não considerar como *lobby* a ação de, entre outras, pessoas que atuem sem receber remuneração, em caráter esporádico e

com o propósito de influenciar o processo legislativo em seu interesse pessoal.

Vânia Vieira também destaca a necessidade de definir punições a quem descumprir as normas, como a cassação do registro de atuação do lobista junto ao governo e ao Congresso. Além da lei peruana, o grupo coordenado pela CGU analisou a regulamentação do *lobby* nos Estados Unidos e no Canadá. (Agência Câmara)

Governo avalia mudanças em projeto que regula o tema

Como anunciou em 2008, o Executivo continua com a intenção de enviar ao Congresso um texto sobre a regulamentação do *lobby* junto ao governo federal. A proposta deve dar um impulso à tramitação dos demais projetos que estão em análise no Congresso sobre o assunto, como o PL 1.202/07, do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que regulamenta a atividade de *lobby* e de grupos de pressão junto ao setor público, e o PLS do senador Marco Maciel.

Um grupo técnico coordenado pela Controladoria-Geral da União (CGU) já identificou pontos de discordância com o projeto de Zarattini, mas a decisão formal sobre a apresentação das sugestões ainda não foi tomada. A dúvida é se serão propostas mudanças pontuais na matéria ou se será apresentado um novo texto. Não há prazo fixado para essa decisão. O presidente da Câmara, Michel Temer, já anunciou a disposição de votar a matéria.

“Quando superarmos a votação do pré-sal, vamos retomar a discussão da



Zarattini afirma que governo pode encampar seu projeto sobre o assunto

regulamentação do *lobby*”, declara Zarattini. O deputado diz que o objetivo geral de sua proposta é dar mais transparência às relações entre os setores público e privado e acredita que o governo vai adotar o seu texto. “Tivemos vários debates públicos na Casa Civil e o governo demonstrou boa vontade em encampar o projeto”, acrescenta.

A regulamentação da atividade também foi uma das bandeiras do senador Garibaldi Alves, quando presidente do Senado, em 2008.

(Agência Câmara)

Atividade é tema de curso na Universidade de Brasília

Apesar de não ser regulamentado no Brasil, o *lobby* é serviço oferecido por empresas nacionais e é tema de curso da Universidade de Brasília (UnB), na forma de especialização voltada ao assessoramento parlamentar. Na prática, é um treinamento para a atividade de *lobby* nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Um dos coordenadores do curso, o cientista político David Fleischer, conta que o primeiro treinamento desse tipo foi feito em 1986, a pedido de um representante do governo “que havia ficado espantado com a baixa capacidade dos servidores para acompanharem os assuntos de interesse do governo nos três Poderes”.

Desde então, a UnB ofereceu oito edições do curso e passou



Primeiro treinamento data de 1986, diz o cientista político David Fleischer

a atender, além dos servidores do Executivo, funcionários do Congresso Nacional, do Judiciário, do setor privado, de ONGs e até funcionários da Assembleia de Moçambique interessados no treinamento de assessores.

(Agência Câmara)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir

Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues

Pozzebom e Moisés Oliveira

Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria

Diagramação: Iracema F. da Silva

Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Analistas avaliam que antes de definir regras para o *lobby* é preciso garantir livre acesso a documentos públicos, previsto em outra proposta

Para especialistas, elaborar lei é tarefa complexa

Normatizar o *lobby* é uma tarefa complexa. Afinal, a atividade se confunde com a própria circulação de informação e interesses na democracia, que funciona de acordo com a cultura política local.

– Definir o que é *lobby* e quem é o lobista não é fácil. Muito menos incluir essas definições em lei, já que é muito complicado lidar com interesses velados. Há muita gente com medo de perder poder com uma nova lei – argumenta o cientista político e especialista em legislação sobre *lobby* Clive Thomas, da Universidade do Alasca.

David Fleischer também considera que a regulamentação do *lobby* é um tema “complicado”, por conta da abrangência da prática.

– Existe *lobby* do próprio governo, pois todas as unidades do Poder Executivo têm suas assessorias parlamentares que pressionam fortemente. Às vezes, ocorrem casos de um ministério fazer *lobby* contra outro; além disso, há o *lobby* do setor privado, de ONGs, de governos estrangeiros, de governos estaduais, de universidades federais e tribunais – enumera.

O professor cita ainda a situação em que servidores do Congresso se desviariam de suas funções para incluir, em pareceres oficiais, informações favoráveis a determinados setores econômicos.

Para o diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz, um pressuposto para a regulamentação do *lobby* é a aprovação da lei de acesso à informação. Esse assunto é tema de propostas que tramitam na Câmara, como o Projeto 5.228/09, do Executivo, que regula a forma como o cidadão poderá exercer o seu direito de receber, dos órgãos públicos, informações do seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, desde que elas não sejam sigilosas.

Transparência

Para Queiroz, a falta de regulamentação do *lobby* permite tráfico de influência em favor de grupos específicos e faz com que a atividade tenha uma conotação espúria.

– A regulamentação pode higienizar o processo de elaboração das políticas públicas, pois todos que tiverem acesso a um agente público serão registrados, dificultando a relação entre financiador e financiado.

Na mesma linha, o economista Gil Castelo Branco, da ONG Contas Abertas, considera que a regulamentação da atividade daria transparência aos interesses defendidos pelas pessoas que atuam no ramo.

– A sociedade não sabe quem defende o interesse de quem; é fundamental a caracterização dos lobistas e os segmentos em que atuam. A transparência é a principal inimiga da corrupção. (Com Agência Câmara.)



Exemplo da dificuldade de definir a regulamentação do *lobby* é o projeto de Marco Maciel que chegou à Câmara em 1989 e, desde 2003, aguarda votação em Plenário

Câmara analisa dez projetos para regulamentar o *lobby*

TRAMITAM NA CÂMARA dez propostas que tratam do *lobby* no Brasil – três projetos de lei e sete propostas de mudanças dos regimentos internos do Congresso –, divididas em dois grupos.

Mas a aprovação não é nada simples. Uma mostra disso é que a proposta apresentada em 1984 pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), apesar de aprovada pelo Senado em 1989, está desde 2003 pronta para votação no Plenário da Câmara (PL 6.132/90). O projeto determina a obrigatoriedade de identificação das empresas e pessoas que fazem *lobby*, com prestação de contas à Receita Federal. Elas deverão usar crachá e indicar os interessados em seus serviços e as matérias que querem ver aprovadas ou rejeitadas.

De acordo com o texto, as pessoas e empresas que desejarem influenciar o processo legislativo deverão se registrar nas Mesas da Câmara e do Senado, que serão responsáveis pela definição dos modos e dos limites da atuação dos lobistas.

A limitação do projeto à regulamentação do *lobby* no Congresso, segundo Maciel, se deveu à resistência, à época, de estender as regras ao Executivo e ao Judiciário, já que isso foi visto como interferência do Legislativo sobre os demais Poderes. A matéria, assim, teria pequeno alcance, tendo em vista que o Executivo é responsável, hoje, por grande parte das decisões, já que a maioria das leis aprovadas tem origem em medidas provisórias ou projetos encaminhados pelo Planalto.

Presentes proibidos

Luiz Alberto dos Santos, subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais da Casa Civil, afirma que o projeto do senador já está defasado. Afinal, ele foi inspirado na lei americana de 1946, já considerada falha e alterada duas vezes desde que a proposta de Maciel foi aprovada no Senado.

Aquelas mudanças já foram levadas em conta por um projeto mais recente (PL 1.202/07) do

deputado Carlos Zarattini (PT-SP) que estabelece a Controladoria-Geral da União como responsável pelo registro de lobistas junto ao Executivo. De acordo com a proposta, os lobistas ficarão proibidos de oferecer – e os agentes públicos proibidos de receber – presentes e favores. O objetivo é equilibrar as condições para os diferentes grupos de pressão.

O projeto de Zarattini já foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e ainda precisa ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

Outra questão importante a ser definida na futura lei é o órgão destinado a fiscalizar o trabalho de lobistas. Agências independentes e tribunais de contas são algumas das sugestões em discussão. Para Clive Thomas, professor de Ciência Política da Universidade do Alasca, a operacionalização da lei não pode ficar a cargo dos poderes onde são tomadas as decisões. (Com Agência Câmara.)

Governo prepara proposta sobre o tema desde 2008

Um seminário internacional promovido pela CGU em 2008 reuniu subsídios para a elaboração de um novo projeto para regulamentação do *lobby* junto ao governo. Para isso, ouviu especialistas estrangeiros, parlamentares, autoridades governamentais, acadêmicos e donos de empresas de consultoria e *lobby*.

A elaboração de uma nova proposta é uma das metas da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que tem o apoio do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, criado em 2003 e comandado pelo ministro-chefe da CGU, Jorge Hage.

Consultor para a elaboração de leis sobre *lobby*, o professor da Universidade do Alasca, Clive Thomas, entende que o Brasil não pode copiar ninguém. “A questão é política. A solução tem que ser brasileira”, afirmou.

Para Luiz Alberto dos Santos, da Casa Civil, apesar de o *lobby* ser mais nítido no Legislativo, é possível que uma lei abarque regras para a atividade de nos três Poderes.

Porém, Murilo Aragão, da consultoria Arko Advice, acha desnecessária uma lei sobre o tema, por já existirem penas para corrupção, tráfico de influência e advocacia administrativa no Código Penal. Por outro lado, Eduardo Carlos Ricardo, da Patri Relações Governamentais, é contra a autorregulamentação da atividade e defende uma lei federal com regras para o *lobby* e outra que garanta o acesso à informação.

– Entendo que teremos algum tipo de regulamentação, mas ela não eliminará o lobista desonesto – afirmou Sepúlveda Perence, presidente da Comissão de Ética Pública.

EUA têm lei sobre a atividade há mais de 60 anos

EUA e UE

Poucos são os países que têm regras para a atuação de lobistas junto ao governo. Geralmente, são nações com maior tradição democrática, como Inglaterra e França.



gumentaram a atividade. O reconhecimento legal faz com que existam até cursos de graduação e pós-graduação para formar lobistas.

Na União Europeia, já houve diversas tentativas de adotar uma regulamentação mais específica para a atividade lobista. Em 2006, foi aprovado o *Green Paper on a European Transparency Initiative* (Documento Verde para uma Iniciativa de Transparência Europeia), que oferece princípios para a atu-

ação dos cerca de 15 mil lobistas, organizações não governamentais e outros grupos de pressão em atuação no bloco econômico.

Poucos países têm regras para a atuação de lobistas junto ao governo. Geralmente, são nações com maior tradição democrática, como Inglaterra e França. Na América Latina, Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru têm algum tipo de regra para *lobby* ou ética pública. Canadá e Austrália são exemplos de autorregulamentação.

Determinação para mudança no registro de presença partiu do 1º secretário, senador Heráclito Fortes. Diretor-geral, Haroldo Tajra, prevê mais eficácia no sistema de controle



Conselho de Administração do Senado Federal se reuniu para organizar a instalação do registro de presença

Senado deve instalar ponto eletrônico em fevereiro

A DIRETORIA-GERAL DO Senado informou ontem que o ponto eletrônico deverá ser implantado na Casa a partir de fevereiro. Essa forma de registro será utilizada para os servidores de carreira e para os comissionados. A instalação foi determinada pelo 1º secretário da Casa, senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

– O novo sistema vai aprimorar o controle de presença dos funcionários. Com isso, todos ganham: os servidores, que deixam de ser alvo de críticas, e a administração do Senado, que passa a dispor de um instrumento eficaz de controle – declarou o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra.

Íntegra

Veja a nota da Diretoria-Geral:

“A Diretoria-Geral informa

que, por determinação do 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), o Conselho de Administração em reunião hoje [12, terça-feira] iniciou providências para disciplinar procedimentos à implantação do registro eletrônico de ponto, que deve ter início no próximo mês de fevereiro.

O Conselho de Administração do Senado Federal foi reativado na atual gestão da Diretoria-Geral e é composto pelos dirigentes dos seguintes órgãos: Diretoria-Geral, Diretoria-Geral-Adjunta, Secretaria-Geral da Mesa, Secretaria de Recursos Humanos, Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Controle Interno, Consultoria Legislativa, Consultoria de Orçamento e Advocacia-Geral, e representantes da Presidência e da Primeira-Secretaria do Se-

nado Federal.”

Concurrados

O Senado Federal vai convocar mais 30 concursados das áreas de Biblioteconomia, Medicina, Advocacia, Relações Públicas, Análise de Sistemas e Técnicos Legislativos da Área de Administração. A publicação no *Diário Oficial da União* está prevista para hoje.

De acordo com a Diretoria-Geral da Casa, nos últimos sete meses foram convocados 247 novos servidores, aprovados no último concurso público.

– Outros concursados ainda serão nomeados, dentro de uma Política de Recursos Humanos implementada com o objetivo de oxigenar os quadros da Casa – afirma o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra.

Projetos ampliam uso de créditos tributários

A Lei da Super-Receita (Lei 11.457/07) poderá ser modificada para permitir, a partir de declaração do contribuinte, o uso de créditos de impostos e contribuições federais para cobrir débitos previdenciários, bem como a compensação de débitos desses tributos federais por meio de créditos previdenciários. Essa mudança é proposta por dois projetos de lei do Senado (PLSs 492 e 699, ambos de 2007) que tramitam em conjunto e estão prontos para ser votados, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em março de 2009, parecer de Wellington Salgado (PMDB-MG) favorável à matéria foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Em seu relatório, Wellington Salgado recomendou a aprovação do PLS 699/07, de autoria do senador Renato Casagrande (PSB-ES), mas promoveu ajustes na ementa do projeto. Como não pode recomendar a aprovação de dois projetos, o relator sugeriu o arquivamento do PLS 492/07, apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O relator indicado pela CAE,



CAE vai avaliar se criação da Super-Receita facilitou compensação de tributos

senador Francisco Dornelles (PP-RJ), considerou o mérito das duas propostas indiscutível e, por concordar com o teor da Emenda 1-CAS, resolveu recomendar seu acolhimento pela Comissão de Assuntos Econômicos. Em seu parecer, Dornelles avaliou que, antes da unificação da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária, era defensável a proibição de compensação de créditos e débitos previdenciários com outros tributos federais. Mas ponderou que, com a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil pela Lei 11.457/07, era de se esperar que essa restrição

fosse eliminada.

– A mudança legislativa proposta diminui a burocracia, torna o sistema mais lógico, justo e isonômico, além de não trazer prejuízo algum às contas públicas ou à organização da Seguridade Social – assegura Dornelles em seu parecer.

Na justificativa do PLS 699/07, Renato Casagrande afirmou, por sua vez, que a permanência dessa proibição na Lei da Super-Receita cria obstáculo à extinção de créditos tributários, especialmente os acumulados por empresas exportadoras, impedidas de utilizá-los para quitar débitos junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Sarney diz que país mudou e que tem “orgulho” do governo Lula

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem à noite que tem orgulho do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A declaração foi feita durante a cerimônia de anúncio das propostas de extensão do programa Minha Casa, Minha Vida para municípios de até 50 mil habitantes, e de operações de financiamento habitacional no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/Pró-Moradia).

– Faz 25 anos que assumi a Presidência da República. Parece que é outro país. Estou aqui como ex-presidente para dizer da minha satisfação pelo governo extraordinário que nosso presidente está fazendo – disse, na solenidade realizada no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21.

O evento contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e de diversos ministros, entre eles a da Casa Civil, Dilma Rousseff. Também estiveram presentes governadores, prefeitos e parlamentares, como os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Sadi Cassol (PT-TO), João Ribeiro (PR-TO) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Investimentos

Lula ressaltou a importância da continuidade desses investimentos. Ele destacou que todos – presidentes, governadores, prefeitos e vereadores – “fomos permitindo que a população brasileira fosse se amontoando de forma inadequada”.

– Todos têm responsabilidade. O importante é evitar que a irresponsabilidade permita que as pessoas construam casas em lugares inadequados – disse. Dirigindo-se a Sarney, Lula agradeceu o apoio do Congresso aos projetos do governo. Lula se disse testemunha de que, na maioria das vezes, os projetos melhoram depois do debate democrático no Parlamento.

– O Congresso aprovou 99,99% das coisas importantes que nós mandamos. Muitas vezes, a gente manda um projeto de lei maravilhoso, um põnei que vocês transformam num camelo, mas muitas vezes a gente manda um camelo e vocês transformam num põnei, uma coisa muito melhor – frisou.

O presidente pediu a prefeitos e governadores que “não permitam que a relação institucional entre os entes federados seja prejudicada pelo debate eleitoral”.



Sarney (ao microfone) discursa na solenidade de ampliação do Minha Casa

Lula sanciona criação de Universidade Latino-Americana

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem o projeto de lei que cria a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

Durante a cerimônia, Lula apenas observou as falas do ministro da Educação, Fernando Haddad; do presidente da Comissão de Implantação da Unila, Hélgio Trindade; e do governador do Paraná, Roberto Requião.

A Unila, cuja sede ficará em Foz do Iguaçu, no Paraná, terá aulas em português e espanhol e oferecerá cursos de graduação e pós-graduação para estudantes dos países da América Latina. A universidade internacional visa também promover a integração entre os países latino-americanos.

Durante a cerimônia, Haddad destacou a ampliação dos investimentos em educação. Segundo ele, a criação da Unila representa a construção da 13ª universidade federal pelo atual governo. Atualmente, são 56 universidades contra as 43, existentes até 2002.

“Quero registrar esse número

de 13 universidades federais, porque o governo que tinha feito mais foi o de Juscelino Kubitschek, com 10. Já superamos essa marca com alguma margem”, observou Haddad, acrescentando que os investimentos em educação superior não significaram a redução nos investimentos em outros níveis educacionais, como no ensino profissionalizante e na educação básica.

Investimentos

De acordo com Haddad, nos dez anos de vigência de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), os investimentos no setor atingiam pouco mais de R\$ 500 milhões, em média, ao ano. “Só neste ano, estamos investindo no Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação] R\$ 7 bilhões. Essa expansão foi necessária para garantir que onde nasça um brasileiro o investimento em educação seja o mesmo”, disse.